

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

Aldenira da C. S. de Sena

**Políticas Públicas no Brasil:
desafios e perspectivas na implementação do Programa Bolsa Família
no Município de Lauro de Freitas.**

São Paulo

2014

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

Aldenira da C. S. de Sena

**Políticas Públicas no Brasil:
desafios e perspectivas na implementação do Programa Bolsa Família
no Município de Lauro de Freitas.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Gestão e Política Pública da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, para obtenção do título de Especialista em Gestão e Política Pública.

Orientadora: Alessandra Atti

São Paulo

2014

Dedico esse trabalho a todas as mulheres que transformaram o programa Bolsa família em possibilidade de melhoria da qualidade de vida de suas famílias.

“Achar-se situada à margem do mundo não é posição favorável para quem quer recriá-lo.”

Simone de Beauvoir

SUMÁRIO

RESUMO DO TRABALHO	5
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. CAPITULO I - CONCEPÇÃO E PAPEL DE ESTADO	7
3. CAPÍTULO II – METODOLOGIA.....	9
4. CAPITULO III – O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS	10
4.1 - Caracterização geral do Programa	10
4.2 - Sistemática de Acompanhamento e avaliação.....	11
4.3 – Intersetorialidade.....	14
4.4 - Gênero: Inclusão de Gênero no Programa Bolsa Família.....	15
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
6. REFERÊNCIAS.....	19
7. ANEXOS.....	20

RESUMO

O programa Bolsa Família, instituído pelo governo federal em 2003, foi estudado a partir de entrevistas com os Gestores do Município de Lauro de Freitas/Ba. A pesquisa objetivou perceber desafios e perspectivas na implementação do Programa Bolsa Família no Município de Lauro de Freitas, assim como identificar mudanças na dinâmica familiar e os significados assumidos pelo programa como modo diferenciado de vida. O estudo pretendeu, ainda, analisar os alcances e limitações do Programa Bolsa Família no acesso da população aos serviços de saúde e educação e à inclusão social, considerando-se o desenvolvimento social. A proposta de pesquisa baseou-se no pressuposto de que a introdução do programa Bolsa Família, como proposta de política de transferência direta de renda para as camadas da população consideradas excluídas, tanto dos processos produtivos quanto das relações sociais, é considerada, atualmente, como medida que encerra alcances e limitações na redução da pobreza e melhoria das condições de vida dos beneficiados em situação de pobreza e extrema pobreza. O referencial metodológico escolhido para esta investigação contemplou a análise de dados quantitativos, analisadas a partir da realização de entrevistas com os gestores do programa. A partir da análise de dados observou-se que a inclusão das famílias moradoras do município de Lauro de Freitas, neste programa, não é suficiente para promover mudanças significativas de padrões de vida, ainda que o benefício ofereça auxílio nas despesas de primeira necessidade. As condicionalidades em saúde e educação não são plenamente cumpridas, porém não garantem mudanças nos modos de vida e demandam grande esforço da população para que estas sejam atendidas, uma vez que as condicionalidades impostas não foram acompanhadas de maior disponibilidade de serviços públicos na área em questão. Do ponto de vista da redução da pobreza e do desenvolvimento humano, o programa Bolsa Família atende apenas parcialmente esses objetivos, sendo avaliado como necessário a permanência deste Programa, articulação e intensificação de outras políticas sociais voltadas à habitação e geração de emprego.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família, desenvolvimento social, mulheres.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo identificar os desafios e as perspectivas na implementação do Programa Bolsa Família no Município de Lauro de Freitas. Essa identificação tem como referência dois momentos distintos da gestão do Programa, o primeiro momento de 2005 a 2011 com o governo da Prefeita Moema Gramacho – PT; e o segundo momento com a gestão do Prefeito Dr. Marcio – PP.

O Programa Bolsa Família, criado em 2003, pelo Governo Lula, é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de extrema pobreza em todo o país. Integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação, atender os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais e está voltado para garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

Este Programa estrutura-se a partir de 3 eixos: a transferência de renda; o acesso a direitos sociais; desenvolvimento das famílias.

No primeiro capítulo deste trabalho abordaremos as concepções de Estado Neoliberal e Pós neoliberal os quais norteiam as políticas públicas. Ainda neste capítulo trataremos dos conceitos de políticas públicas sua natureza e finalidades no Governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) e sua continuidade no Governo de Presidenta Dilma Rousseff (2011 ao momento atual).

No fechamento do primeiro capítulo será abordada a estrutura do Programa Bolsa Família e suas implicações na vida das pessoas beneficiadas por essa política.

No segundo capítulo serão tratadas as questões metodológicas utilizadas no desenvolvimento da pesquisa documental e entrevistas realizadas com técnicos gestores da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas.

Terceiro Capítulo, pretende-se fazer análise do Programa Bolsa Família no município de Lauro de Freitas, fazendo uma leitura para entender o que os dados revelam, observando a caracterização geral do Programa, Sistemática de Acompanhamento e avaliação, Intersetorialidade e relação de Gênero.

2. Capítulo I - CONCEPÇÃO E PAPEL DE ESTADO

O Brasil após passar por décadas de ditadura militar inaugura uma fase marcada por grande mobilização popular e social na busca de abertura e democracia política que se deu no final da década de 1970 e início da década de 1980, culminando com a promulgação da Constituição Democrática de 1988. O século XXI começou com uma herança de estado denominado neoliberal acontece que após a redemocratização, ascendem ao poder, por meio do voto, governos inspirados no modelo neoliberal, momentos difíceis, com sinal de regressão econômica e social no país, pois na ótica do neoliberalismo, o mercado é a matriz da riqueza, da eficiência e da justiça:

O neoliberalismo econômico acentua a supremacia do mercado como mecanismo de alocação de recursos, distribuição de bens, serviços e rendas, remunerador dos empenhos engenhos inclusive. 33 Nesse imaginário, o mercado é matriz da riqueza, da eficiência e da justiça (2002, p. 15).

Segundo Marcio Pochmann: “No ano de 2000, a economia brasileira era a 13... do mundo, o desemprego aberto atingia quase 11 milhões de pessoas”.

Considera-se que o Estado Brasileiro passa a viver uma política voltada para o mercado e com baixíssimo investimento em Políticas Públicas. Estado aqui é considerado como conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; Políticas públicas são aqui entendidas como o “Estado em ação”, portanto toda ação de governo culmina com uma política pública. (Gobert, Muller, 1987)

Em 2002 com as eleições de Luis Inácio Lula da Silva foram criadas estratégias de mudança social. O Estado se encarrega de criar políticas públicas e sociais, fortalecimento das conferências temáticas*(nota de rodapé), focando ações e estratégias de atendimento às famílias mais necessitadas, dando ênfase as políticas de atendimento aos pobres, à mulheres, aos negros e à juventude, inaugurando no Brasil, um período denominado por Emir Sader: *a era pós neoliberal*.

Os governos do Lula e da Dilma podem ser caracterizados como pós-neoliberais, pelos elementos centrais de ruptura com o modelo neoliberal – de Collor, Itamar e FHC – e pelos

elementos que têm em comum com outros governos da região, como os Kirchners na Argentina, da Frente Ampla no Uruguai, de Hugo Chávez na Venezuela, de Evo Morales na Bolívia e de Rafael Correa no Equador. Esses governos representam uma reação antineoliberal no marco das grandes recessões que abalaram o continente, nas últimas décadas do século passado, mencionadas anteriormente. Os traços que esses governos têm em comum, que permite agrupá-los na mesma categoria, são: a) priorizam as políticas sociais e não o ajuste fiscal; b) priorizam os processos de integração regional e os intercâmbios Sul-Sul e não os tratados de livre-comércio com os Estados Unidos; c) priorizam o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda, em vez do Estado mínimo e da centralidade do mercado. (SADER. 139. Dez anos do Governo Lula e Dilma)

Dentre as políticas públicas implantadas neste período, destaca-se o Programa Bolsa Família, esse foi um dos primeiros programas de transferência de renda para população mais carente.

Apesar das críticas da elite, mídia e de parlamentares que tratam os beneficiários de modo pejorativos, denominando-os de vagabundos, preguiçosos, e rotulam o programa de BOLSA ESMOLA, desconsidera-se que o programa avançou no que diz respeito a inclusão social e de gênero, redução da pobreza, melhoria da permanência do aluno na escola.

De modo empírico, percebe-se que a vida das famílias e a dinâmica das pequenas comunidades e cidades vêm sofrendo mudanças consideráveis a partir da implantação dos programas sociais, a elevação da auto estima e o conceito de cidadania. Aqueles que antes mendigavam ou pediam favores aos políticos locais ou aos patrões, agora dispõem de condições mínimas para atender as demandas econômicas das suas famílias.

No conjunto dos avanços e benefícios tem destaque a inclusão de gênero, pois, os dados revelam que 93% dos titulares do programa são mulheres.

3. CAPÍTULO II - METODOLOGIA

Neste capítulo pretende-se apresentar a metodologia utilizada para abordar as questões referente a implantação do Programa Bolsa Família no município de Lauro de Freitas/BA, compreendendo os avanços e desafios percebido pelo gestores municipais, para elucidar essa temática pretende-se:

- a) Elaborar um Roteiro de Entrevistas com gestores do Programa Bolsa Família na gestão 2005 – 2014;
- b) Será uma mostra aleatória visando obter os olhares e compreensões sobre as mudanças ocorridas na vida das famílias beneficiadas;
- c) A partir da leitura dos dados sugerir contribuições para dinamizar a política pública no âmbito do município de Lauro de Freitas.

4. CAPÍTULO III – O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS – O QUE DADOS REVELAM

4.1 Caracterização geral do Programa

O município de Lauro de Freitas situado na região metropolitana de Salvador, possui atualmente uma população 184.393 habitantes. Em 2003 quando o município aderiu ao Programa Bolsa Família existiam apenas 800 famílias cadastradas nos programas sociais. Atualmente o Cadastro Único possui 32.451 famílias inscritas e 14.376 famílias beneficiárias do Programa (25,86% da população do município). O aumento progressivo do número de famílias aponta para uma maior abrangência geográfica do Programa.

Segundo relatório do Cadastro Único do município, até fevereiro 2014 foram transferidos R\$ 2.149.540,00 para as famílias beneficiárias do programa. O gestor apresentado afirma que houve uma dinamização da economia local com visível melhoria na qualidade de vida, redução da vulnerabilidade das famílias de baixa renda. Entretanto não foi apresentado nenhum instrumento de mensuração destas melhorias.

Foi elucidativo dialogar com os gestores e perceber que esse programa está inserido num amplo conjunto de políticas públicas que visam a inserção social de parcela da população que se encontravam em condição de vulnerabilidade.

4.2 Sistemática de Acompanhamento e avaliação

Segundo dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento Social, o acompanhamento regular e contínuo das condicionalidades do Bolsa Família permite identificar as famílias com dificuldades em cumprir os compromissos assumidos nas áreas de saúde, educação e assistência social, além de mapear os principais problemas vivenciados por elas. O Ministério afirma que o responsável pelo planejamento de ações que visam ao acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades é o gestor municipal do Bolsa Família.

O Gestor 1 afirma que o acompanhamento familiar tem evidenciado diferentes motivos que impedem ou dificultam o acesso das famílias aos serviços. Há motivos relacionados a dinâmica sócio familiar (necessidade de cuidar de irmãos ou familiares mais novos), a aspectos específicos da inserção no ambiente escolar (casos de agressividade, bullying, estigma vivenciado pelos familiares), a problemas de saúde vivenciados por familiares, entre outros.

Na assistência social, o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda define como deve ser realizada a inserção no acompanhamento familiar dos beneficiários em descumprimento, bem como a realização de ações socioassistenciais nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e/ou Centros de Referência Especializada de Assistência Social (Creas), de acordo com as situações de vulnerabilidade e risco identificadas.

Os efeitos sobre o benefício financeiro são gradativos, o que possibilita a realização do acompanhamento familiar. Mas a garantia de renda mensal juntamente com a inclusão das famílias em atividades de acompanhamento familiar é a estratégia mais adequada para se trabalhar a superação das dificuldades que a família tem em cumprir os compromissos.

Reza as Diretrizes que, o técnico municipal responsável pelo acompanhamento da família pode optar por interromper temporariamente os efeitos do descumprimento de condicionalidades no benefício da família. Apesar desta suspensão, as famílias continuarão sendo acompanhadas no âmbito das condicionalidades pelas áreas de saúde, educação e assistência social, mas em caso de descumprimento, não serão realizadas as repercussões sobre o benefício. Essa normativa prevista pelo MDS foi detectada a sua implementação, porém percebeu-se também que o acompanhamento dos beneficiários pela Secretária de Saúde está aquém das expectativas.

Considera-se que interrupção temporária tem validade de seis meses, podendo ser renovada pelo mesmo período de acordo com a avaliação do técnico que continua a acompanhar a família. Se essa avaliação não for realizada, a família volta automaticamente ao esquema de repercussões.

O sistema que permite o registro do acompanhamento familiar das famílias em situação de descumprimento é o Sistema de Condicionalidades (Sicon). Por meio dele, o gestor pode cadastrar a família no acompanhamento familiar; alterar, registrar, avaliar resultados e consultar histórico do acompanhamento familiar; e incluir, suspender e renovar a interrupção de efeito de descumprimento no benefício financeiro da família. Por isso ao entrar no Programa Bolsa Família, a família assume alguns compromissos: as crianças e jovens devem frequentar a escola; as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; e as gestantes precisam fazer o pré-natal.

No município de Lauro de Freitas, 93% das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família têm acompanhamento de frequência escolar. A média nacional é de 92,03%. O município está acima da média, mas ainda assim é importante que as Secretarias de Assistência Social de Educação e Saúde, continuem o trabalhando juntas para aumentar o número de famílias cujos filhos têm frequência escolar verificadas e para elevação do quadro da Saúde visto que apenas 37% das crianças são acompanhadas. (Lauro de Freitas, maio de 2014).

Segundo os gestores entrevistados esses recursos não atendem as necessidades básicas da família, ele contribui para que essas famílias saiam da condição de extrema pobreza e a partir desse estímulo insiram-se em cursos profissionalizantes, acessem os serviços sociais e recuperem a autoestima: ***“As famílias em situação de vulnerabilidade que se cadastram participam de cursos de manicure, doceira, cabelereira, para inserir no mercado de trabalho.”***

Na entrevista aplicada com o Entrevistado 1, constatou-se que os recursos aplicados no Programa são de livre utilização por parte do responsável pelo benefício, portanto não existe um processo de avaliação e acompanhamentos dos gastos, porém os gestores afirmam perceber mudanças na dinâmica da comunidade, melhor dinamização do comércio local:

“...houve um aumento no número de comerciantes, principalmente nos bairros mais carentes, entrou mais de um milhão de reais nas mãos das pessoas e esse dinheiro não ficava parado ele circula, aí o que aconteceu, vários bolsões que existia dentro da Itinga (bairro mais

populoso do município), 55 % da população de Lauro de Freitas vive nesse bairro, pessoas que antes precisavam caminhar mais de 1 km para chegar no comércio mais próximo, começou a comprar mais próximo das suas casas, com o aumento da circulação de dinheiro dentro do município começou a abrir novos comércios, o bolsa família teve grande contribuição para essas transformações”

4.3 Intersetorialidade

É uma lógica de gestão que transcende um único setor da política e estratégica política social estratégia política de articulação entre setores sociais diversos e especializadas, ou seja é a efetivação da política social de forma integrada que ultrapassa os limites de um único órgão público.

Segundo relato dos entrevistados um dos desafios encontrados na implementação e execução do programa consiste na relação entre as secretarias que atuam diretamente na sua implementação e acompanhamento. Conseguir a eficiência da gestão é imprescindível essa forma de conduzir a política.

Um dos entrevistados afirma: *“Faltou mais sintonia entre as Secretarias de Saúde e Educação, essa foi uma dificuldade no início do programa”*. A própria abordagem do gestor quanto a dinâmica de acompanhamento das várias secretarias, reforça uma não intersetorialidade no Programa. Ao comparar os diferentes setores e constatar que a Secretaria de Saúde acompanhou apenas 37% das famílias cadastradas, demonstra essa visão fragmentada.

4.4 Inclusão de gênero no Programa Bolsa Família

Na implantação do Governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), a elaboração das políticas públicas tendem a ser mais igualitárias, pois o modelo de política econômica e social adotada a partir desta gestão é com participação e inclusão social, conforme afirma(OLIVEIRA, 324. Dez anos de governo Lula e Dilma):

“A vontade política de introduzir a dimensão de gênero nas políticas públicas e de romper com a concepção de direitos humanos que mantinha a dimensão de neutralidade e da cidadania universal coloca-se como um dos pontos dessa gestão”

Das políticas públicas de valorização das mulheres destacamos o Brasil sem Miséria, Bolsa Família, os dados apontam que a titularidade do Programa 93% dos beneficiários são mulheres que segundo e 68% são por mulheres negras. Segundo (OLIVEIRA, 324) “elas afirmam ter adquirido autonomia e poder de escolha em desde o que comprar no supermercado até se continuam com suas relações afetivas”.

Dados do MDA (Ministério do Desenvolvimento Social e do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) de pesquisa realizada em 2012, afirma que esse Programa proporciona mais autonomia para as mulheres, além de contribuir para a tomada de decisões na utilização dos recursos para a compra de remédios e para a compra de bens duráveis, aumentando ainda em 9,8 pontos percentuais o uso de contraceptivos por mulheres beneficiárias do Programa.

Percebe-se a partir das entrevistas realizadas no município de Lauro de Freitas que o acompanhamento e compromisso com o Governo de valorização e responsabilização da mulher enquanto gestora dos recursos do Programa não existe por parte do ente municipal um acompanhamento sistemático desta diretriz do programa, não foram encontrados estudos que revelem a quantidade de mulheres que estão cadastradas, apesar de afirmarem que o universo feminino é amplamente maior que o masculino.

O gestor 1 afirma o compromisso do Programa em priorizar o cadastramento das mulheres no Cadastro Único, para a inclusão no Programa Bolsa Família, trata-se de uma recomendação do próprio Ministério de Desenvolvimento Social, visando a garantia da melhoria da qualidade de vida e inclusão de Gênero:

...“é prioridade que se cadastre a mulher, porque é a mulher quem administra bem os recursos, sabe o que comprar para dentro de casa,

sabe gerenciar a família, então a maioria dos cadastrados são mulheres”.

Constatou-se que, apesar dos avanços no número de famílias atendidas por este Programa no Município de Lauro de Freitas, falta uma política de acompanhamento da vida destas famílias após aquisição dos benefícios, essa lacuna impossibilita que os gestores tenham dados sobre as reais mudanças socioeconômicas que estão ocorrendo no seio das famílias:

“Em relação a gestão feita pelo mulheres percebeu-se fatos interessantes, de mulheres que tinham sido a vida inteira submissa ao marido e nos casos que podemos observar, eram mulheres que eram quase escravizadas, não tinha liberdade e a partir do momento que houve a entrega do cartão, quando ela passa ter uma renda, ainda que mínima ela começou a mudar a sua história de vida, porque ela começou a pegar daquela pequena renda e ir transformando, sabendo administrar, sabendo o que comprar, sabendo como gastar até porque existia uma continuidade, o que dava condição a ela fazer uma compra a prestação, que dava a certeza de que no próximo mês ela teria uma renda, mesmo que pequena.”

O Entrevistado 2 quando indagado sobre dados sobre violência doméstica, relata que apesar de não ter estudos que apontem os índices de violência, teve notícias de companheiros das beneficiárias que causaram violências com suas mulheres por entenderem que a garantia de renda poderia afastar as mulheres das relações afetivas ou causar separação, assim foi percebido reações machistas por parte de alguns homens companheiros das beneficiárias.

“aconteceram fatos negativos de homens que achando que a partir do momento que a mulher tinha uma renda eles perderiam a mulher, queriam quebrar o cartão, chegou ao nosso conhecimento casos de agressões, violência doméstica em virtude da mulher ter esse início de independência”

A autonomia financeira das beneficiárias do Programa e a tomada decisão para aplicação dos recursos em bens duráveis pode ser deduzida a partir do depoimento do Gestor 2, quando ele afirma que as mulheres declaram ter conseguido credibilidade no comércio local com a garantia da renda mensal.

“tivemos relatos de mulheres que conseguiram com o cartão bolsa família, fazer reforma da sua casa, porque ela chegava até o comerciante local e dizia: eu não tenho o dinheiro completo mais tenho o cartão bolsa família eu vou pagar a você mensalmente, então elas faziam as compras sem precisar preencher notas, o aceite de boa fé, por saber que aquela pessoa tinha os recursos para cumprir com os compromissos da dívida, aqui em Lauro de Freitas tivemos muito isso.”

As entrevistas realizadas com os gestores possibilitaram uma leitura empírica da situação do Cadastro Único e conseqüentemente, do Programa Bolsa Família no município de Lauro de Freitas, porém constatou-se que falta análise dos dados apresentados e não foi constatado um acompanhamento metodológico junto às famílias para conhecer o que de fato está mudando e como essa mudança interfere na vida socioeconômica dessas famílias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de dados observou-se que a inclusão das famílias moradoras do município de Lauro de Freitas, neste programa, não é suficiente para promover mudanças significativas de padrões de vida, ainda que o benefício ofereça auxílio nas despesas de primeira necessidade.

As condicionalidades em saúde e educação não são plenamente cumpridas, porém não garantem mudanças nos modos de vida e demandam grande esforço da população para que estas sejam atendidas, uma vez que as condicionalidades impostas não foram acompanhadas com maior disponibilidade de serviços públicos na área em questão.

A intersetorialidade, lógica de gestão que transcende um único setor da política e estratégica política social de articulação entre setores sociais diversos e especializados não se aplica de modo pleno no município, percebe-se com isso fragilidades no acompanhamento das famílias por parte dos gestores locais.

A pesar de o Programa priorizar as mulheres como as gestoras do programa, não foram oferecidos dados ou pesquisas que afirmem concretamente essa dinâmica no município, os gestores não dispõem de informações concretas sobre: violência doméstica, quantidade de gestoras do sexo feminino inscritas no programas e sobre a utilização dos recursos no quesito autonomia de quem detêm o cartão/benefício.

Do ponto de vista da redução da pobreza e do desenvolvimento humano o Bolsa Família atende apenas parcialmente esses objetivos, sendo avaliado como necessário a permanência deste Programa, articulação e intensificação de outras políticas sociais voltadas à habitação e geração de emprego.

5. REFERÊNCIAS

SADER, Emir (org). **10 ANOS de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

Fonte: www.mds.gov.br/bolsafamilia

GADOTTI, Moacir. Os Compromissos de Jomtien Estado e Sociedade Civil in: **I Seminário Nacional sobre Educação para Todos** – Avaliação EFA-2000, 1999, Brasília, DF. Disponível em: <www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/>. Acesso em: 22 abr. 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cad.CEDES** v.21 n.55 Campinas,2001.Disponívelem:<[http://www.scielo.br/scielo.php?sc ript=sci](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci)> . Acesso em: 24 mar. 2006.

6. ANEXOS

Roteiro de Entrevistas (Programa Bolsa Família)

Monografia:

Políticas Públicas no Brasil no período de 2003 a 2014 – desafios e perspectivas na implementação do Programa Bolsa Família no Município de Lauro de Freitas.

Esse roteiro de entrevista será aplicado com técnicos da Secretaria de Ação Social do Município de Lauro de Freitas da gestão anterior 2003-2012 e da gestão atual 2013-2016.

Será uma amostragem com o intuito de avaliar a percepção sobre as mulheres diante a aquisição do Programa, desafios e avanços do Programa Social Bolsa Família no município de Lauro de Freitas.

Dados de identificação:

1 – Nome

2 – Cargo que ocupa ou ocupou no município?

3 – Quantos anos você trabalhou no programa, quanto tempo foi responsável pelo programa, qual a função ocupava ou ocupa na gestão do Programa. Quais as atribuições que tem ou tinha?

3 – Quantas pessoas são beneficiadas pelo Programa no município de Lauro de Freitas?

4 – Qual o percentual de mulheres gestoras do PBF em L. de Freitas?

5 – Durante a sua gestão do PBF foi ou era possível perceber:

5.1 - Como eram administrados os recursos?

5.2. Como eles eram gastos?

5.3. Quem define com que se gasta?

5.3. Alguém da família dá palpite no uso dos recursos, quem?

6 - Quais os entraves são percebidos no PBF no município de Lauro de Freitas?

Eixos basilares do PBF:

1 - transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza;

2 - as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social;

3 - as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

A Secretaria criou algum mecanismo de acompanhamento para saber se os eixos basilares do Programa foram consolidados? De que forma foi percebido? Em relação Eixo 1

Em relação ao Eixo 2

Em relação ao Eixo 3

7 – No decorrer da sua vivência profissional foi possível perceber as contribuições do PBF no fortalecimento da autonomia financeira e na participação da mulher na vida familiar?

Como?